

Concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI)

Encontra-se aberto concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI) no âmbito do Projeto “BacchusTech - Integrated Approach for the Valorisation of Winemaking Residues (POCI-01-0247-FEDER-069583)”, com financiamento “Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Sistema de Incentivos à I&DT, integrado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, apoiado no âmbito do Portugal 2020”, nas seguintes condições:

1. Área Científica:

Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, ou áreas afins

2. Requisitos de admissão:

- O(a) candidato(a) deverá possuir o grau de Mestre em Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, ou áreas científicas afins;
- O(a) candidato(a) deverá estar inscrito(a) num curso de doutoramento na área de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica ou áreas científicas afins ou num curso não conferente de grau académico integrado no projecto educativo de uma instituição de ensino superior;
- Experiência do(a) candidato(a) na área da caracterização física, mecânica e térmica dos materiais de construção;
- Adequação da formação e experiência do(a) candidato(a) aos objectivos do trabalho a desenvolver;
- Será ainda valorizado o domínio da língua inglesa (comunicação escrita e oral).

3. Plano de trabalhos:

Realização e apoio às actividades para elaboração de produtos de construção à base de geopolímeros, nomeadamente:

- a) Estabelecer as quantidades adequadas à elaboração de provetes de betão com incorporação de terras diatomáceas e avaliação das suas propriedades físicas, mecânicas, térmicas e de durabilidade;
- b) Participar na actividade de obtenção de geopolímeros a partir de terras diatomáceas;
- c) Estabelecer as quantidades adequadas à elaboração de provetes de betão com incorporação de geopolímeros em substituição do cimento e posterior caracterização das suas propriedades físicas, mecânicas e térmicas;
- d) Elaboração de provetes à base de geopolímeros e avaliação das suas propriedades físicas, mecânicas, térmicas e de durabilidade.
- e) Os candidatos seleccionados deverão colaborar na escrita de relatórios técnicos e publicações científicas.

4. Objetivos:

O presente projeto tem como principal objetivo o desenvolvimento de produtos de construção à base de geopolímeros extraídos de terras diatomáceas e assim reduzir o consumo de cimento.

5. Legislação e regulamentação aplicável:

Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na sua redação em vigor; Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P., em vigor <https://www.fct.pt/apoios/bolsas/docs/RegulamentoBolsasFCT2019.pdf>); Regulamento n.º 522/2020, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 113, de 12 de junho – Regulamento de Bolsas de Investigação do Instituto Politécnico de Bragança.

6. Local de trabalho e orientação científica:

O trabalho será desenvolvido em Instituto Politécnico de Bragança, sob a orientação científica de Professora Débora Macanjo Ferreira.

7. Duração da bolsa:

A bolsa terá a duração inicial de 12 meses, com início previsto em 03/05/2021 (com possibilidade de renovação até um máximo de 24 meses).

8. Valor do subsídio de manutenção mensal:

O montante da bolsa corresponde a 1.104,64, conforme tabela de valores das bolsas atribuídas pela FCT, I.P. no país.

Os Bolseiros usufruirão de um seguro de acidentes pessoais e, caso não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social, podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos previstos no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. O valor da bolsa será pago mensalmente por transferência bancária.

9. Métodos de seleção e respetiva valoração:

Os métodos de seleção a utilizar serão os seguintes:

Os métodos de seleção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular e sua adequação para o trabalho em causa (60%);
- b) Experiência em atividades de investigação em áreas afins ao trabalho em causa (40%);

O júri poderá convocar os três melhores candidatos para entrevista, de acordo com estes critérios.

O júri poderá não atribuir a bolsa se a classificação dos candidatos for inferior à desejada.

10. Composição do Júri de Seleção:

O júri responsável pela seleção será constituído por:

Presidente: Prof. Doutora Débora Macanjo Ferreira (Instituto Politécnico de Bragança)

Vogal efetivo: Prof. Doutora Eduarda Luso (Instituto Politécnico de Bragança)

Vogal efetivo: Prof. Doutor Hélder Gomes (Instituto Politécnico de Bragança)

Vogal suplente: Dr. Jose Luís Díaz de Tuesta (Instituto Politécnico de Bragança)

11. Forma de publicitação/notificação dos resultados:

As comunicações e os resultados finais da avaliação serão divulgados através de notificação por correio eletrónico aos candidatos.

12. Prazo de candidatura:

O concurso encontra-se aberto no período compreendido entre 08/04/2021 e 21/04/2021.

13. Forma de apresentação das candidaturas:

As candidaturas podem ser formalizadas através de correio eletrónico para debora@ipb.pt, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitae detalhado, com os comprovativos de competências descritas;
- b) Cópia de certificado de habilitações com discriminação das classificações obtidas nas disciplinas do respetivo curso e classificação final;
- c) Carta de motivação referindo o título do projeto, referência da bolsa e razões porque se considera uma mais-valia para este projeto.
- d) Cartão de Cidadão (Bilhete de Identidade, ou Passaporte);
- e) Outros documentos que sejam considerados relevantes pelo candidato para apreciação da candidatura.

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos ou diplomas, ou de inscrição em grau académico ou diploma, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, sendo obrigatória a verificação dessa condição em fase de contratualização da bolsa.

Os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-lei n.º 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria n.º 33/2019](#), de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatária para a assinatura do contrato.

14. Prazos e procedimentos de reclamação e recurso:

Caso a decisão a tomar seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis, após a data de divulgação dos resultados da avaliação, para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Da decisão final pode ser interposto recurso para o Presidente do IPB no prazo de 15 dias úteis após a respetiva notificação.